



EDITORIAL

O Encontro de Davos é comentado por Nelson Brasil

OPINIÃO

Lelio Maçaira tece comentários sobre a capacitação brasileira para fabricar produtos anti-AIDS

ARTIGO DA CASA

Isaac Plachta apresenta uma visão prospectiva da indústria química brasileira



farmanguinhos
Ministério da Saúde

FIOCRUZ

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Ministério da Saúde

ENTREVISTA

O novo diretor de Farmanguinhos, Eduardo Costa, apresenta novo enfoque sobre pesquisa e produção de fármacos e medicamentos

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo
Presidente: Dante Alario Junior

Conselheiros Beneméritos

Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda)
Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica Nacional S/A)
Kurt Politzer (IQT – Indústrias Químicas Taubaté S/A)
Luiz Guedes (Milenia Agro Ciências S/A)
Pedro Wongtschowski (Oxiten S/A Indústria e Comércio)
Pietro Carlos Monaco (Fábrica Carioca de Catalisadores S/A)
Virgílio Cesar Vicino (Agricur - Defensivos Agrícolas Ltda)

Conselheiros Eleitos

Alberto Ramy Mansur
Antônio Salustiano Machado
Carlos Alberto Studart Neto
Eduardo Eugenio G. Vieira
Fernando Adolpho R. Sandroni
Fernando César Barbosa
Fernando Steele da Cruz
Isaac Plachta
José Antonio Fontes
José de Freitas Mascarenhas
Josimar Henrique da Silva
Manoel Zauberman
Nelson Chachamovitz
Nelson Brasil de Oliveira
Orvil Costa

Diretoria Executiva

Presidente: Luiz Cesar Auvray Guedes

Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira
Vice-Presidente: Fernando de Castro Marques
Vice-Presidente: Jorge Alberto V. Studart Gomes
Vice-Presidente: Kurt Politzer
Vice-Presidente: Leodônio Francisco Schroeder
Vice-Presidente: Marcos Henrique de Castro Oliveira
Diretor de P&D de Tecnologia: Marcos Godinho Tavares
Diretor de Comércio Exterior: José Alberto de Senna
Diretor de Qualidade e Informação Técnica:
José Machado Neto
Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
Diretor de Projetos Especiais: João Alexandre Viegas

Expediente

Editoria: Claudia Craveiro
claudia@abifina.org.br
Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

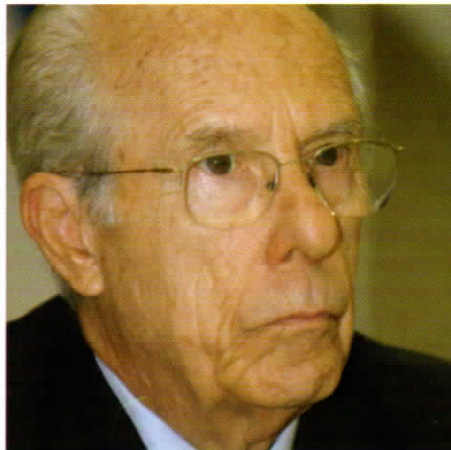
Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e nesse sentido dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo mensal

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 • Centro
CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ

Novos números da Central Telefônica:
Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
www.abifina.org.br

Capa: Guarim de Lorena e Gutemberg Brito

Davos e a mão visível do Estado



Nelson Brasil de Oliveira
Vice-Presidente da ABIFINA

Ocorreu no final de janeiro mais um dos conhecidos encontros anuais do Fórum Econômico Mundial, evento que vem sendo sistematicamente realizado na cidade de Davos, Suíça, desde o início dos anos 90, tendo por objetivo examinar a evolução da economia dos países que formam o atual sistema globalizado.

Já na primeira edição do fórum ocorreu a entronização de um “Deus Mercado”, apresentado como a única solução para todos os problemas econômicos dos diferentes países, desde a erradicação da miséria, eliminação dos estigmas sociais até o pleno e igualitário desenvolvimento de todas as nações. A partir daí, o que se ouviu como recomendação cingiu-se apenas à redução da presença do Estado na economia via privatizações e desregulamentações, deixando que todas as decisões sobre política econômica (inclusive o crescimento dos países menos desenvolvidos) proviessem da livre interação das forças de mercado. Cabe destacar uma máxima, muito repetida pelos nossos economistas tupiniquins: “a melhor política industrial é não ter política industrial”.

Em 1776, Adam Smith publicou sua célebre obra conhecida como “A riqueza das Nações” quando, com propriedade, introduziu um conceito fundamental sobre a li-

vre organização de mercado. Segundo ele, na interação entre indivíduos em um mercado livre, apesar da inexistência de uma entidade formalmente constituída dedicada à coordenação desse relacionamento, sempre resulta um ordenamento natural da atividade econômica, que expressa uma racionalidade como se fora resultante da ação de uma “mão invisível do mercado”.

A obra analisou a natureza e as causas da riqueza das nações à época, constituindo-se num clássico da teoria econômica válido até hoje, apesar da sofisticação da economia, dos avanços tecnológicos e das naturais contradições surgidas nessa área.

Deve ser ressaltado, no entanto, que o pressuposto básico do conceito criado por Adam Smith é a existência de um mercado onde os agentes econômicos ajam livremente, sem a interferência dos governos mas em ambiente de oferta atomizada, ou seja, de concorrência perfeita. Trata-se, obviamente, de uma situação ideal, utópica, que apenas uma leitura apressada e estreita dessa grande obra poderia levar a um completo endeusamento do mercado, numa condenação absurda de importantes iniciativas de governos, absolutamente necessárias para se alcançar o desenvolvimento econômico e a redução das assimetrias sociais.

“... o pressuposto básico do conceito criado por Adam Smith é a existência de um mercado onde os agentes econômicos ajam livremente, sem a interferência dos governos e em ambiente de oferta atomizada, ou seja, de concorrência perfeita.”

Em realidade, como bem mostra o modelo asiático – melhor difundido é o caso coreano –, alocações mais eficientes de recursos devem ser feitas na área de crédito

de forma a atender prioridades estratégicas de Estado, visando acelerar o processo de industrialização do país e se alcançar uma forte presença do setor produtivo no comércio internacional. Isso porque, devido às imperfeições do mercado e ao porte muito limitado das empresas localizadas nos países em desenvolvimento, a simples interação dos agentes econômicos em mercado livre não é suficiente para assegurar-lhes uma eficiente alocação de recursos no nível requerido para se atingir um crescimento econômico sustentado.

Distintamente do enunciado pelo "laissez-faire" revivido pelos neoliberais ao longo dos anos 90, no desenvolvimento econômico do leste asiático, o Estado teve um desempenho extremamente positivo. Na Coreia, por exemplo, o governo exerceu uma efetiva parceria com empresas locais, não sendo visto como uma instituição hostil ao mercado, na forma comumente divulgada pelos fiéis seguidores do *Consenso de Washington*. Pelo contrário, tais parcerias sempre formaram partes integrantes do sistema produtivo interno, convivendo com outras empresas privadas em mercado aberto e plenamente competitivo internacionalmente. Mas para o sucesso do mode-

lo coreano no Brasil seria requerido: (a) a definição de um planejamento estratégico de Estado (não de um único governo), de caráter plurianual e direcionado ao desenvolvimento de unidades produtivas locais para atender mercados externos; (b) o Estado contar com uma burocracia não menos competente do que aquela disponível pelo setor privado; (c) sólida vontade política da nação como um todo.

Modelo parecido ao coreano foi usado durante o período militar no Brasil (anos 70), através do modelo tripartite aplicado com sucesso na implantação da indústria petroquímica – com liderança empresarial exercida pela PETROQUISA, associada a grupos privados, sustentados por um BNDES ágil e flexível.

Em meados dos anos 80 se pretendeu estender esse modelo para a química fina. Novamente o BNDES apareceu atuando na área de crédito – indiretamente, a PETROQUISA via seus vínculos com a NORQUISA – e liderou empreendimentos privados, apoiados pelo poder de compra do Estado representado pela Central de Medicamentos (CEME), para desenvolvimento tecnológico via CODETEC e outros Centros de P&D espalhados pelo Brasil. Cinco anos

após nascer esse plano de desenvolvimento industrial e quando começavam a surgir os primeiros resultados positivos dessa benéfica política, sob inspiração do *Consenso de Washington*, o governo, emergido das urnas em 89, literalmente demoliu o modelo, levando ao encerramento do processo produtivo em mil unidades industriais e a cancelar a execução de quinhentos projetos na área da química fina.

Coreia e Índia não acompanharam essa tétrica guinada do governo brasileiro, assim como a China nunca aceitou candidamente os embalos do cântico do *Consenso de Washington*. Como resultado disso, hoje Davos consagra essas nações asiáticas como prioridades para investimentos do mundo capitalista – se fossem japoneses, os "neoliberais tupiniquins", que tão arduamente apoiaram a forma irresponsável da abertura do mercado interno nos anos 90, teriam que se desculpar publicamente pelo equívoco cometido.

Esta última edição do fórum de Davos nos permite concluir que, para se atingir o desenvolvimento econômico sustentado do Brasil, é imprescindível a mão invisível do mercado, mas ela deve ser apoiada pela mão visível do Estado.

Encontro Empresarial - Rio, 21/03/2006

O governo federal que inicia seu derradeiro ano de mandato instituiu uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior num contexto de políticas públicas ativas há muitos anos pleiteadas pelo setor privado. Nesse cenário são amplas as expectativas do setor produtivo na área da química fina, em termos de concretização das sugestões de medidas

definidas depois de longamente amadurecidas nos debates havidos nos Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas de Fármacos, Medicamentos e de Agroquímicos. Nesse cenário a ABIFINA, em articulação com entidades congêneres, programou mais um encontro do setor produtivo com autoridades públicas com o objetivo de se conhecer e debater, de forma transparente e competente, quais são as perspectivas futuras e o que ainda poderá ser alcançada em 2006. A pauta desse encontro abrigará os seguintes temas: (1) poder de compra do Estado como instrumento para a promoção do desenvolvimento tecnológico e da fabricação local; (2) incentivos fiscais e recursos para investimentos em inovação tecnológica nas pequenas e médias empresas; (3) requisitos sanitários para o registro, a auditoria e a fiscalização de fármacos, produtos farmacêuticos e agroquímicos; (4) uso da propriedade industrial como mecanismo para promover o desenvolvimento econômico-social do Brasil; (5) a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial nos temas do interesse da química fina. Acesse o programa através do site www.abifina.org.br.

REALIZAÇÃO: PARCEIROS:

Política de medicamentos: tecnologia e produção no País



Foto: Gutemberg Brito

Entrevista **Eduardo Costa**

Não lhe parece que está na hora de se instituir uma política nacional abrangente para este setor, a exemplo do PASNI na área de imunobiológicos?

A pergunta envolve duas questões relacionadas, porém autônomas. A primeira questão parte de que a universalização proposta na Constituição de 88 não contou com instrumentos efetivos para que fosse garantida assistência à saúde a todos. Mesmo o instrumento jurídico do direito criado, até pela desigualdade social no acesso à justiça, não se concretiza como instrumento de universalização. Não há universalização, nem equidade, sem o mínimo de justiça social, sem uma política econômica voltada à satisfação das necessidades da população, em particular as sanitárias. Ao mesmo tempo, desde 1990, a política econômica neoliberal foi dirigida a inserir o país na ciranda financeira globalizada, tornando-se entraves a ela conceitos sociais ou noções de soberania. Foi nesse quadro que acabou a cipagem de medicamentos, a CEME foi fechada, a Lei de Patentes foi aprovada. Paradoxalmente, em 1998 éramos o 10º maior mercado

farmacêutico do mundo e passávamos a importar medicamentos acabados que antes eram produzidos no país. No entanto, no ranking da saúde mundial estávamos perto do centésimo lugar. As importações de fármacos e medicamentos chegaram a cerca de 3 bilhões de dólares anuais, mas o número de unidades farmacêuticas ficou estável e muito poucos medicamentos novos foram introduzidos no país. Ou seja, passamos a importar e gastar mais, sem reflexo no nível de consumo de medicamentos. Sem avançar no objetivo da universalização. A criação dos genéricos, importante, foi mais um golpe contra a indústria nacional que vivia com similares e para os quais só depois se pensou nas políticas afirmativas para questão de qualidade. Ademais, os genéricos teriam tirado mercado das marcas farmacêuticas, mas não promoveram o acesso às camadas mais necessitadas do país. As políticas sociais foram nesses últimos quinze anos meramente e pobremente compensatórias quando não foram agravantes, como foram as políticas previdenciárias. Chega a ser ridículo que se procurem caldinhos redistributivos médios nas estatísticas de consumo em meio a desemprego, subemprego e marginalidade econômica. Ora, o mérito do atual governo está no campo de propor uma política industrial e tecnológica para a indústria farmacêutica. Entre as boas novas está o Profarma, do BNDES, mas sem uma nova política econômica consentânea não se esperam resultados significativos. A segunda questão levantada pela pergunta é se seria possível optar por um PASNI de medicamentos essenciais (PASNME). Não cremos que seja a resposta. O PASNI vingou parcialmente porque saíamos de uma crise de abastecimento na década 70 com a destruição dos laboratórios públicos e fechamento de privados. Foram muitos anos de investimento e ainda assim sem desenvolvimento tecnológico autóctone. Para não alongar a resposta: para que haja um suprimento de medicamentos adequa-

do às necessidades essenciais de saúde, precisamos de uma mudança concomitante do sistema de saúde e das políticas industriais e econômicas.

No contexto da política industrial e tecnológica para fármacos, que em boa hora foi criada pelo governo federal, não deveriam ser privilegiados alguns instrumentos que viabilizassem a manutenção dessas políticas públicas no longo prazo, como ocorre nos Estados Unidos com o seu conhecido Buy American Act?

Concordo inteiramente que é preciso rever o sistema de compras públicas para não permitir o efeito predatório de uma concorrência internacional que é capaz de ter preços mais baixos porque na origem tem menos impostos e não tem as abusivas taxas de juros que tornam o dinheiro para investimento ou capital de giro tão caros no Brasil. Há cerca de dez anos estive envolvido com questões de preços relacionadas a vacinas. Os números que vou dar são de grandeza, não exatos. Na França, uma dose de BCG era vendida a cerca de dez dólares, mas não era importada a vacina igual da Suíça que custava cerca de um dólar. Ora a lógica é ter um mercado interno forte, de modo que as exportações podem ter preço mais baixo – a partir do custo marginal – para poder chegar bem em concorrências internacionais, o que no próximo ciclo ajuda a baixar também o preço interno. Sem esquecer que, se o Governo paga eventualmente mais caro em reais por um produto nacional, lucra efetivamente não apenas nas divisas, mas também em gerar empregos e fortalecer a sua economia pela animação interna que promove.

Como o Brasil tem um déficit de US\$2,5 bilhões/ano no balanço comercial da estratégica área de

fármacos e medicamentos, e é no petróleo que hoje se encontram compostos orgânicos que constituem as fontes de matérias-primas para a produção de fármacos, não lhe parece que Farmanguinhos e Petrobras deveriam, juntos com o setor privado, buscar alternativas para assegurar o soberano suprimento de tais insumos para o País no longo prazo?

O petróleo é uma riqueza brasileira bem explorada (em várias dimensões e em termos históricos) graças a uma estatal da década de 50. Pelos efeitos na economia, no desenvolvimento tecnológico, na absorção de engenheiros, químicos, geólogos, não teríamos de fato uma universidade brasileira, por exemplo, sem a Petrobras. Por isso costumamos brincar entre amigos que a grande falha de Vargas foi não criar a Farmacobras à época. A indústria farmacêutica utiliza vários intermediários químicos derivados do petróleo, que é também fonte energética e substrato para uso biotecnológico. Nos últimos quatro anos, na gestão de Paulo Buss na Fiocruz, o Projeto Inovação, ao qual estou integrado, discutiu bastante esse assunto. E os primeiros passos na interação Farmanguinhos-PetroRio foram dados. Há um promissor caminho a ser trilhado, com o apoio do BNDES e da ABI-FINA, entre outros.

A recente Lei da Inovação criou algumas facilidades para a colaboração entre empresas privadas e entes governamentais, com vistas a facilitar o processo inovador. Farmanguinhos poderá desenvolver esse tipo de parceria com o setor privado?

Creemos que é necessário estabelecer as parcerias viabilizadas pela Lei de Inovação, para além de contratos de conveniência imediata. De fato, para o setor público essas parcerias têm caráter estratégico e visam duplamente a questão sanitária e econômica a um só tempo. Uma das con-

tribuições importantes do nosso lado se refere ao desenvolvimento tecnológico, cujos custos podemos absorver em boa parte tornando mais competitiva a empresa privada associada ao final. Outra parceria a ser pensada é com produtores nacionais, de preferência, de princípios ativos, de modo a dar mais qualidade e sustentabilidade à cadeia produtiva.

Como se sente ao dirigir uma unidade de produção, uma fábrica de medicamentos, submetido a todo um aparato legal e normativo do Estado, de uma forma geral criado para regular outros tipos de atividades, bem distintas, senão completamente diferentes?

A Fiocruz, em particular a gestão de Eloan Pinheiro em Farmanguinhos e de Akira Homma em Biomanguinhos, desenvolveu instrumentos razoáveis de funcionamento das unidades produtivas num ambiente jurídico bastante restritivo. Esse ambiente perdura, com concordância generalizada de sua inadequação, por duas razões apenas: o temor de que se transformadas juridicamente em uma empresa pública ou S.A. com controle acionário da Fiocruz, por exemplo, seu desenvolvimento poderia ser assimétrico ao conjunto da instituição e, principalmente, levar à cobiça dos interesses privatistas brasileiros, com sua conseqüente desnacionalização no próximo passo. Ou seja, representam uma pré-resistência, em modelo corporativo, às políticas de fragmentação e fragilização política institucional. A fraqueza desse argumento é exatamente que abdicamos de responder melhor às necessidades sanitárias e econômicas imediatas do Brasil e da população, que são extremamente precárias hoje. Precisamos criatividade nas salvaguardas institucionais para não nos furtar aos nossos compromissos maiores. Por isso vamos ter coragem de discutir o assunto, mudar ou encontrar outras portas para dar mais eficiência a essas unidades, particularmente agora que o Ministério da Saúde resolveu descentralizar boa parte das compras diretas que fazia a Farman-

guinhos. Essa medida exige a realização de negócios que envolvem a venda de produtos, particularmente a exportação.

Como conciliar a gestão de programas de desenvolvimento tecnológico e industrial, necessariamente com caráter plurianual, preso à camisa de força dos rígidos orçamentos anuais da União?

O plano plurianual é o nosso Norte e também justificativa para eventuais pedidos para novos investimentos. Não o considero uma camisa de força, mas um meio de dar mais foco ao nosso trabalho institucional de longo prazo. Ademais temos uma parcela de recursos extra-orçamentários que ajudam a flexibilizar os orçamentos iniciais. É preciso entender que o trabalho na área pública, sem um "patrão" direto, favorece a dispersão de recursos.

O setor de saúde e as ciências da vida em geral têm mostrado um dinamismo tecnológico acentuado, exigindo cada vez mais da capacitação tecnológica do pessoal envolvido nestas atividades. Com as sabidas limitações da administração de pessoal no aparelho de Estado, como Farmanguinhos tem conseguido manter um corpo funcional próprio, adequado e atualizado?

Essa é uma questão difícil para Farmanguinhos hoje. Em números redondos Farmanguinhos tem apenas 60 servidores públicos. O próximo concurso público substituirá 30 terceirizados, mas as exigências da seleção são para os níveis juniores. Assim chegaremos a 90 estatutários esse ano. Ou seja, cerca de 10% de nossos trabalhadores, já que contamos com mais de 800 terceirizados, além de indiretamente empregarmos para serviços gerais de vigilância, jardinagem, etc. Ou seja, convivemos com os dois extremos: alta e baixa estabilidade funcional, com reflexos positivos e negativos diversos em tudo. Estaremos nessa gestão organizando atividades intensas de treinamento,

inclusive um mestrado profissional, e vamos oferecê-lo também aos terceirizados sem prejuízo em seus vencimentos como tem sido feito. Para a área industrial seria importante um quadro celetista próprio e não terceirizado. Essa terceirização de mão-de-obra, como sabemos, serve a muitos fins, mas principalmente para que os governos de postura neoliberal se descomprometam com o futuro dos trabalhadores em nome da "economia". O Governo atual tem contradições nesse campo, o que pode ser favorável a uma reformulação ainda que específica para o nosso caso.

Quais são as linhas mestres de seu planejamento administrativo à testa de Farmanguinhos?

No sistema Fiocruz, os dirigentes passam por um escrutínio eleitoral no qual estabelecem seu programa de trabalho. Esse processo, no seu aspecto mais positivo, ajuda a amadurecer planos e, principalmente a viabilizá-los depois. Para não me estender seleciono três questões estratégicas e três na área administrativa do plano dessa gestão:

1 - Revisão do portfólio de medicamentos (sem abandono de linhas já tradicio-

nais como a de anti-retrovirais e contra enfermidades infecciosas e parasitárias, e do cumprimento de compromissos com programas já estabelecidos do Ministério da Saúde) com a inclusão de medicamentos de alto valor tecnológico agregado (alto custo) e estratégicos (em estudos: asma grave, neuro-psiquiátricos, estatinas, hormônios).

2 - Criação de um "setor" de assistência técnica na área farmacêutica (desde a formulação de políticas até a organização de serviços de assistência farmacêutica) a municípios e outros interessados;

3 - Viabilização de parcerias estratégicas com entes públicos ou privados que permitam absorção e transferência tecnológicas vantajosas para o Brasil.

4 - Efetivar a transferência da unidade de produção do Campus de Manguinhos para o Campus de Jacarepaguá.

5 - Reorganizar a área de pesquisa e desenvolvimento, com a criação de plataformas tecnológicas, uma na área de métodos analíticos e outra na área de bioensaios.

6 - Redimensionamento da área de pesquisa em fitoterápicos e produtos naturais, com provável criação de uma nova estrutura física com esse fim.

Médico pela Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre, Doutor em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutor em Filosofia pela Faculdade de Medicina da Universidade de Londres, Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, Especialista em Epidemiologia e Estatística Médica com Aperfeiçoamento em Medicina Tropical e Higiene pela Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres. Foi Secretário Estadual de Saúde e Presidente do Conselho do Instituto Vital Brazil. Na Secretaria Estadual de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, durante quatro anos direcionou esforços para o desenvolvimento da área da química fina, biotecnologia, petroquímica e farmacêutica. Presidente da FLUTEC incentivou várias empresas do Estado, da área farmacêutica, como CIBRAN, INPAL, NORTEC, Fundação Ataulpho de Paiva e Microbiológica. Foi membro do Conselho de Administração do Pólo Bio-Rio, do SEBRAE e da Rede Rio de Tecnologia. Em 2001 retornou à Fiocruz, participando da criação de um Centro de Estudos Estratégicos, com foco em inovação tecnológica. Em 2002, como Assessor Tecnológico da Presidência, criou um Centro Tecnológico em Saúde. Desde 2003 vem participando da Coordenação do Projeto Inovação da Fiocruz. Nessa época iniciou atividades visando a absorção de tecnologias para a fábrica de medicamentos que pertencia à Glaxo, em Jacarepaguá, tendo em janeiro/06 assumido direção de Farmanguinhos para o período 2006/09.

Posse em Farmanguinhos



Da esquerda para a direita: Eduardo Costa, a ex-diretora de Farmanguinhos Nélia Boechat e o presidente da Fiocruz Paulo Buss

No dia 8 de fevereiro o Presidente da Fiocruz, Paulo Buss, deu posse ao novo Diretor do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, Eduardo Costa, conhecido pesquisador, sanitário e homem público. Profissional portador de longa folha de serviços prestados ao Brasil também como administrador público, tendo exercido os cargos de Secretário de Saúde e de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro. Dirigentes da ABIFINA compareceram à referida posse e louvaram o início de uma nova etapa na atuação desse prestigioso instituto a ser implantada pelo novo dirigente, na qual se destaca o desafio de construir uma efetiva parceria do setor público com empresas privadas que produzem no Brasil visando assegurar o acesso, soberano e universal, da população aos medicamentos essenciais à saúde.

A capacitação produtiva brasileira para anti-retrovirais



Lelio A. Maçaira,
sócio-diretor da GENVIDA

Capacitação científica e tecnológica

- Para o desenvolvimento tecnológico de moléculas que se encontram sob patente, uma vez equacionado o problema legal, já existem várias empresas no Brasil operando com competência comprovada nessa área, dentre elas podemos citar a Cristália, a GENVIDA e a NORTEC, que já provaram serem capazes de atender ao desafio do Programa DST e AIDS. Estas empresas foram selecionadas pelo referido programa para desenvolver, respectivamente, a síntese das moléculas do Lopinavir, Tenofovir e Efavirenz, caso o governo venha a se decidir pelo licenciamento compulsória das respectivas patentes.

- Para desenvolvimento de novas terapias e novas moléculas, também temos, no Brasil, várias empresas e centros de pesquisa, distribuídos em várias regiões do país, que poderiam trabalhar em parceria, desenvolvendo grande número de novas terapias e novas moléculas contra a AIDS.

- Podemos destacar, dentre outros pesquisadores com competência comprovada, o prof. Rajendra Mohan Srivastava, Ph.D. do Departamento de Química Fundamental da Universidade Federal de Pernambuco, o

A capacitação produtiva brasileira na área de anti-retrovirais (ARVs) deve ser analisada sob um múltiplo enfoque, como apresentado a seguir:

Prof. Vitor Francisco Ferreira, Ph.D. do Instituto de Química da Universidade Federal Fluminense, o Prof. Luiz Carlos Dias, Ph.D. do Instituto de Química da UNICAMP, o Prof. Luiz Juliano Neto Ph.D. do Departamento de Biofísica da Escola Paulista de Medicina e o Prof. Octavio Augusto Ceva Antunes, Ph. D. do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É inquestionável a competência brasileira nessa área. Como prova a empresa Microbiológica, que tem até exportado tecnologias industriais de NCE (New Chemical Entities) para clientes americanos e europeus realizarem estudos de aplicações pré-clínicas e clínicas de novos medicamentos para AIDS e Hepatite. Alguns desses medicamentos estão no *pipeline* aguardando aprovação do FDA e brevemente estarão sendo comercializados.

Para desenvolvimento de novas formas medicamentosas, a indústria farmacêutica brasileira e os centros de pesquisa existentes no País, também já comprovaram capacidade para desenvolver todas as formas de apresentação farmacêutica. O melhor exemplo dessa competência é a produção de genéricos pelos laboratórios farmacêuticos brasileiros, tais como, EMS, Eurofarma, Ache/Biosintética e Medley, entre outros, capazes de desenvolver formas medicamentosas, com garantia de qualidade e eficácia comprovados pela Anvisa.

Capacitação industrial para fármacos (APIs)

- Para produtos não patenteados Como exemplo de capacitação produtiva industrial, pode ser citado o caso do

AZT brasileiro, desenvolvido em 1992 pela empresa Microbiológica de modo pioneiro no mundo, de forma totalmente verticalizada com a sua síntese total em 5 etapas, desde a matéria-prima básica Timidina até o princípio ativo AZT (API).

Várias empresas no Brasil têm competência técnica comprovada e capacidade de produção instalada para a fabricação de intermediários e princípios ativos em grande escala, dentre elas podemos citar a Alfa Rio Química, para intermediários de síntese, a NORTEC e a Cristália para os APIs.

A demanda do Ministério da Saúde para os principais ARVs não patenteados e a capacidade do Brasil para produzir esses farmoquímicos e seus Intermediários é a seguinte:

	Capacidade Brasileira de Produção Farmoquímica (Kg/ano)	Necessidade do M. Saúde (Kg/ano) 2005
Zidovudina	50.000	25.000
Estavudina	10.000	2.000
Indinavir	10.000	9.000
Lamivudina	35.000	15.000
Total	105.000	51.000

Para produzir os cerca de 51.000 kgs de APIs para esses ARVs, a farmoquímica brasileira tem capacidade instalada para processar os cerca de 800.000 kgs de intermediários necessários. Esses números, por si só, atestam a indiscutível capacidade de produção da farmoquímica brasileira.

• Para os produtos patenteados:

As necessidades do Ministério da Saúde no ano de 2005, para aqueles medicamentos onde havia intenção de serem licenciados compulsoriamente para fabricar no país, foram as seguintes:

	Necessidade M. Saúde (Kg/ano) 2005
Tenofovir	1.800
Kaletra (Rito+Lopi)	13.000
Efavirenz	18.000
Total	32.200

Como vemos, os quantitativos necessários estão perfeitamente dentro da capacidade brasileira de produção, já instalada e em operação.

Capacitação industrial para medicamentos

Há várias empresas no Brasil com competência técnica comprovada e com capacidade de produção em grande escala das versões genéricas dos ARVs. Como exemplo de capacitação nessa área citamos as cápsulas de 100 mg do "AZT brasileiro" que utilizou como matéria-prima o princípio ativo AZT, totalmente sintetizado pela empresa Microbiológica, e a produção de cápsulas na empresa Mappel, ambas no Rio de Janeiro. Os primeiros medicamentos do "coquetel" também foram desenvolvidos de forma semelhante.

É importante ressaltar que quando foi lançado o "AZT brasileiro", em 1992, os pacientes brasileiros foram contemplados com um medicamento considerado de qualidade superior ao do medicamento de referência, pois o "AZT brasileiro" foi desenvolvido por uma rota de síntese que produz um farmoquímico com um perfil de impurezas menor que o produto patentado. A seguir apresentamos quadro das necessidades brasileiras de medicamentos ARVs.

Necessidade do PN DST AIDS em Unidades Farmacêuticas Ano 2005 – Total	400.000.000
Pacientes tratados	165.000
Unidades/paciente/ano	2.424
Capacidade em unidades Farmacêuticas de 01 Empresa Farmacêutica MÉDIO porte	2.000.000.000

Deste modo, apesar do número de portadores do HIV tratados pelo Ministério da Saúde ser extremamente elevado, sendo considerado o maior programa do mundo, utilizado pela OMS como referência mundial, e apesar do grande número de medicamentos (coquetéis) que cada indivíduo tem de tomar, a capacidade brasileira para a produção de APIs e de medicamentos atende facilmente as necessidades do país.

Capacitação para testes de bioequivalência e biodisponibilidade

Há competência para executar testes de bioequivalência e biodisponibilidade e atestar obrigatoriamente a qualidade e eficácia dos medicamentos genéricos produzidos no Brasil, como comprovado pela indústria de genéricos que foi recentemente implantada e não para de crescer.

Capacitação para garantia da qualidade de APIs e Medicamentos

A Anvisa regula o setor com padrão internacional, garantindo a qualidade em todos os segmentos do processo de produção no Brasil, inspecionando todas as etapas, desde a produção de intermediários de síntese, produção de APIs e produção de medicamentos, até os testes de biodisponibilidade e bioequivalência, exigindo atendimento das Boas Práticas de

Fabricação para cada etapa do processo. Os APIs e medicamentos produzidos no Brasil têm padrão internacional garantido pela Anvisa.

Capacitação do Programa DST e AIDS

Está comprovado, inclusive por organismos internacionais como a OMS, que o Programa Brasileiro de DST e AIDS tem competência para definir, aplicar, acompanhar e avaliar o tratamento de portadores do HIV, tanto no Brasil quanto nos países subdesenvolvidos que precisarem de ajuda. Com toda a experiência acumulada em mais de 20 anos é possível imaginar que o Programa Nacional de DST e AIDS poderá coordenar o trabalho de desenvolvimento de novos medicamentos e novas formulações de Doses Fixas Combinadas específicas para o Brasil e para os países subdesenvolvidos que não tenham condições de arcar com os crescentes custos dos novos medicamentos.

Com toda a experiência acumulada em mais de 20 anos é possível imaginar que o Programa Nacional de DST e AIDS poderá coordenar o trabalho de desenvolvimento de novos medicamentos e novas formulações próprias de Doses Fixas Combinadas para o Brasil.

Capacitação no apoio da Sociedade Civil Organizada

As Organizações de Sociedade Civil são parceiras históricas do Ministério da Saúde no combate à epidemia. Este modelo de parceria é uma singularidade do Programa Brasileiro e tem garantido a implementação do art. 196 da Constituição Federal

que institui a saúde como direito de todos e dever do Estado. A Sociedade Civil Organizada apóia abertamente a produção nacional de APIs e Medicamentos como forma de garantir a sustentabilidade econômica do Programa Nacional de DST e AIDS.

Capacitação para a exportação

Para atender ao mercado brasileiro competitivamente temos de atuar de forma global e, deste modo, temos de produzir em escala econômica que viabilize exportações com qualidade e preços competitivos. As empresas brasileiras que sobreviveram no mercado foram aquelas que se qualificaram para nichos privados de mercado, nacionais e internacionais, altamente qualificados, e, portanto, estão aptas para exportação.

Além de todos esses fatores, temos ainda a atual política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Brasil que privilegia a cadeia químico-farmacêutica e o Programa Profarma do BNDES, que financia todo o setor dessa cadeia de modo muito favorável.

Se temos todas essas competências absolutamente necessárias para a produção nacional de APIs e medicamentos anti-retrovirais no Brasil, então, o que falta?

Faltam-nos interlocutores adequados e com poder decisório, comprometidos com o desenvolvimento tecnológico e industrial do Brasil, que possibilitem criar a sinergia necessária em todas as instâncias do governo. Faltam-nos formas adequadas de financiamento de risco, para desenvolvimento de novas terapias, que, até aprovação final dos Órgãos Reguladores para comercialização, demandam dezenas de milhões de dólares e consomem vários anos de pesquisa. Faltam-nos empresas farmacêuticas de porte global que possam distribuir os medicamentos em escala mundial e, assim, obter o retorno dos altíssimos investimentos necessários para essas produções. Falta-nos a garantia de compra do governo para o atendimento ao mercado brasileiro por ele suprido,

com programas plurianuais que permitam as empresas possam investir no desenvolvimento das unidades produtivas, adquirir matérias-primas e contratar serviços, sem risco de concorrência desleal e predatória. Falta-nos visão empresarial para acreditar no mercado externo de medicamentos que, continuamente, está se expandindo com o crescente número de infectados, somando atualmente, 40.000.000 de indivíduos. Falta-nos eliminar as amarras burocráticas e legais que impedem os laboratórios oficiais de contratar empresas domésticas para o desenvolvimento tecnológico e a produção dos medicamentos não patenteados. Falta-nos a decisão de acabar com o uso de pregões invertidos para compras de APIs que não requerem pré-qualificação de fornecedores, e que leva os laboratórios oficiais a perderem 30% do que adquirem nos pregões por falta de qualidade, conforme declaração do próprio presidente da ALFOB.

Recentemente foi levado ao Ministério da Saúde e à Anvisa proposta para a produção de medicamentos inovadores em doses fixas combinadas sem similares no mundo.

Outras considerações

O Governo ameaça, há cinco anos, "quebrar" (em realidade licenciar compulsoriamente) patente de medicamentos do coquetel da AIDS. Quando a licença compulsória for concedida, vai-se exigir da farmoquímica brasileira preços de APIs equivalentes aos asiáticos? Nenhuma farmoquímica brasileira poderá atender, instantaneamente, a demanda nacional nessas condições.

No início dos anos 90 foi sugerido aos laboratórios oficiais o desenvolvimento de medicamentos em doses fixas combinadas (FDC), adiantando a tendência do que iria acontecer no futuro. A idéia foi rechaçada, considerada inexecutável. Posteriormente a

Wellcome lançou o primeiro medicamento 2 em 1 do coquetel. Perdeu-se a oportunidade por falta de interlocutores adequados.

Recentemente foi levado ao Ministério da Saúde e à Anvisa proposta para a produção de medicamentos inovadores em doses fixas combinadas sem similares no mundo - oportunidade criada devido a dificuldade de laboratórios internacionais aceitarem a idéia de se associarem em projetos comuns. O Programa DST e AIDS Brasileiro, como referencia mundial, poderia desenvolver com facilidade esses novos medicamentos. Não haveria necessidade de atender a todas as fases de desenvolvimento de um medicamento novo - teriam que ser feitos apenas os testes de medicamento genérico. Não se encontraram interlocutores para levar adiante essa idéia, porém, o Ministério da Saúde tem anunciado que vai "copiar" Doses Fixas Combinadas que estão sendo fornecidas por produtores indianos para a África.

Não há dúvidas que a farmoquímica e a farmacêutica brasileiras são capazes de produzir, de forma verticalizada no Brasil, qualquer um dos ARVs. Com a atual demanda de medicamentos para os Programas Internacionais de ajuda aos países subdesenvolvidos, poderão faltar até ARVs mais antigos, como AZT e Lamivudina, e, deste modo teremos de suprir nossas próprias necessidades, da forma mais verticalizada possível. Quando o Brasil começou a produzir ARVs em 1992, indianos e chineses não estavam no mercado - hoje têm sido imbatíveis na comercialização de APIs e medicamentos ARVs para o Brasil, para os demais países subdesenvolvidos e também para o primeiro mundo.

Quem diz que a indústria nacional não tem a capacidade tecnológica para suprir a demanda nacional de anti-retrovirais, quer desconstruir o conceito de universalidade do tratamento, atingir o Programa Nacional de DST/AIDS e a possibilidade do país manter a soberania nessa área. Ou será soberana a nação que trata a saúde de sua população com fármacos que não falam a sua própria língua?

MAPA

O presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, acompanhado pelo presidente da ANDEF, Cristiano Simon, estiverem em audiência com o Ministro Roberto Rodrigues da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para discutir e entregar documentos referentes a regulamentação e o comércio de produtos fitossanitários no âmbito do Mercosul e sobre a simplificação de registro de agroquímicos. O Ministro demonstrou forte preocupação com a questão do Mercosul, por entender que o novo recurso interposto pela Argentina no Conselho Arbitral poderá tornar obrigatório a internalização da Resolução 48 e subseqüentes, que implicariam na livre comercialização de 27 ativos. Em referência a questão da simplificação do registro o Ministro informou que iria examinar o documento apresentado e iria acompanhar as ações que se desenvolvem no legislativo. A ABIFINA, juntamente com ANDEF e SINDAG, estará subscrevendo os referidos documentos que serão enviados a todos associados do Comitê Agroquímico da ABIFINA e à entidades públicas.

CÂMARA AGRO

Na 9ª reunião extraordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários, realizada no dia 20 de fevereiro, foi proposta e aprovada a admissão da ABIFINA na qualidade de membro efetivo da referida Câmara. A relevância dessa decisão se dá pelas matérias temáticas que ali são discutidas, pelo fato de que suas recomendações serem encaminhadas às diferentes esferas do MAPA e por sua participação em documentos e propostas que irão ser incluídas em planos setoriais. Sempre após a disponibilidade das referidas atas, ou de informações relevantes para o setor, a ABIFINA se encarregará de repassá-las a todos os associados membros do Comitê Agroquímico da ABIFINA, de modo a mantê-los informados sobre os assuntos que dizem respeito ao segmento de defensivos agrícolas.

PLANO SAFRA

A ABIFINA foi convidada a participar, juntamente com a ANDEF e SINDAG, da elaboração de uma proposta setorial para o próximo Plano Safra, a ser aprovado pelo governo. O documento a ser elaborado pelas referidas entidades deverá ser ratificado pelo seu corpo de associados de modo a refletir as principais questões que envolvem o setor e suas possíveis soluções.

PERNAMBUCO – NOVO CENÁRIO PARA NEGÓCIOS

Através de seu vice-presidente, Nelson Brasil, a ABIFINA participou de um seminário realizado nos dias 30 e 31 de janeiro, em Recife, destinado à apresentação de um novo programa do governo do Estado visando atrair investidores para áreas consideradas prioritárias, dentre elas o Pólo Químico e Farmoquímico de Goiana, localidade próxima de Recife. O seminário foi aberto pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Jarbas Vasconcelos, tendo o representante da ABIFINA participado de workshop destinado a examinar oportunidades de investimentos na área da química fina, em conjunto com Luiz Alexandre Almeida, Presidente do Laboratório Oficial LAFEPE, com Aderson Araújo, Diretor da



recém constituída HEMOBRAS, e com Avaniel Marinho, Diretor da empresa farmoquímica e farmacêutica pernambucana HEBRON S/A.

CEBRI



A ABIFINA participou dos debates envolvendo a exposição do Embaixador do Brasil na China, Luiz Augusto Castro Neves, o qual analisou a situação atual da China e as perspectivas para ampliar seu relacionamento com o Brasil. O evento ocorreu na sede do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, no Rio, estando presente numerosa e seleta platéia.

CIPI-qf

A ABIFINA vem se engajando ativamente na luta pelo estabelecimento de uma política nacional de apoio à inovação, dentro do quadro da política industrial, tecnológica e de comércio exterior lançada pelo atual governo. O sistema de patentes é fonte valiosa e extensa de informações tecnológicas e, assim, a ABIFINA em parceria com a PROTEC criou um Centro de Informações para a Inovação (CIPI-qf), destinado a apoiar as empresas da área da química fina no conhecimento e uso do sistema de patentes. O CIPI-qf é um centro virtual que opera no âmbito do IPD-Farma/PROTEC, contando com infra-estrutura fornecida pelas entidades e com pessoal próprio, especializado, contratado com o apoio do CNPq, além do suporte técnico da ABIFINA, que acumula boa experiência no trato das informações contidas em documentos de patentes. O CIPI-qf analisa e trata informações contidas em documentos de patentes, emitindo relatórios periódicos aos associados. Possui um banco de dados com tais informações, analisa e difunde ementas de monografias envolvendo o sistema de patentes na área da química fina, realiza buscas de documentos de patentes, faz prospecção tecnológica em bancos de dados nacionais ou internacionais e assessoria a montagem de pedidos de patentes ou em questionamento a tais pedidos. Além disso coordena cursos de treinamento de pessoal nessa matéria. Visite o site do CIPI-qf no endereço <http://www.cipi-qf.org.br>, ou telefone para (21) 3077-0800.

ANVISA

O vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, e o conselheiro da entidade, Alberto Mansur, acompanhados pelo empresário Lélío Maçaira (GENVIDA) e pelo consultor de empresas, Bandeira de Mello, participaram de uma audiência com o Diretor-Presidente Adjunto da Anvisa, Norberto Rech. O encontro, ocorrido no dia 16 de fevereiro, teve por objetivo examinar aspectos da regulamentação para registro sanitário de fármacos, uso do poder de compra do Estado, incentivos fiscais e contratação de projetos de desenvolvimento tecnológico.

MDIC



Os mesmos dirigentes empresariais também participaram de uma audiência concedida pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, para a ABIFINA, ocasião em que o Ministro esteve acompanhado pelo Secretário do Desenvolvimento da Produção, Antônio Sergio Martins Mello e assessores, Diretor da ABDI, Mario Salerno e assessores. O encontro teve por objetivo comentar e debater tópicos de política industrial, em especial benefícios fiscais e uso do poder de compra do Estado.

REDE DE MEDICAMENTOS

Os dirigentes empresariais Nicolau Lages (NORTEC) e Lelío Maçaira (GENVIDA) representaram a ABIFINA na 3ª oficina de planejamento das atividades da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos. Nessa ocasião foram debatidos problemas relacionados ao suprimento de insumos para os Laboratórios Oficiais, o fomento à produção – definição de prioridades e orientação para apresentação de projetos, e a regulação sanitária como busca de desenvolvimento tecnológico - Boas Práticas de Fabricação, registro de produtos, biodisponibilidade e bioequivalência.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

No dia 7 de fevereiro ocorreu mais uma reunião ordinária do Conselho Administrativo da ABIFINA. A reunião destinou-se a examinar a seguinte pauta: (a) Apresentação das linhas de financiamento vigentes e perspectivas de novas linhas para a química fina, por Pedro Palmeira, Chefe do Departamento Farmacêutico da Área Industrial do BNDES; (b) Avaliação do CIPI-qr - Centro de Informação para Inovação/ Divisão Química e Farmacêutica: por Marcos Oliveira, vice-presidente da ABIFINA e Coordenador do



Comitê de Propriedade Intelectual da entidade; (c) Assuntos administrativos: programação de atividades e agenda de reuniões para 2006.

CÂMARA SETORIAL DE MEDICAMENTOS

Foi realizada no dia 8 de fevereiro, em Brasília, a 2ª reunião da Câmara Setorial de Medicamentos, tendo a ABIFINA sido representada pelo diretor da NORTEC Química S/A, Nicolau Lages. À ocasião foi apresentado e debatido o Estudo sobre Acesso a Medicamentos, realização em parceria do Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde e o Núcleo de Assistência Farmacêutica da Escola Nacional de Saúde Pública (Fiocruz). Também foram feitos comentários sobre o impacto da política industrial e tecnológica no acesso a medicamentos, as necessidades do SUS e sua relação com a PITCE, a realidade do setor farmacêutico e os impactos de patentes no acesso a medicamentos.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

SIPID 8 de Maio de 2006
Seminário Internacional
Patentes, Inovação e Desenvolvimento

De Paris à Marrakesh
A Evolução do sistema
• As formas da mudança
• TRIPS e Desenvolvimento
• A fragilização dos Conceitos de Patenteabilidade

De Marrakesh à Doha e além
As perspectivas para o Desenvolvimento
• Formulando políticas de PI para o Desenvolvimento
• As novas fronteiras da PI
• O Brasil e os Tratados de Cooperação e Harmonização

APRESENTADORES
Carlos Correa - UNIC - Buenos Aires
Denis Barbosa - UERJ
Jerome Reichman - Duke Univ. School of Law
Nuno Carvalho - CEMPI
Pedro Raffe - ICTSI/UNCTAD
Roberto Jaguaribe - INPI/Brasil

Realização: **ABIFINA**, **CIPI-qr**, **protec**

Patrocinado por: **UNITEC**

Por muito tempo, pelo menos no Brasil, a discussão sobre o sistema de patentes industriais ficou confinada a um seleto grupo de profissionais, especialmente advogados e pessoal diretamente ligado à administração do sistema. São escassas as contribuições ao estudo da propriedade industrial vindas de economistas,

químicos, engenheiros, cientistas políticos e sociais etc. No entanto, é cada vez mais visível a importância social do sistema, seja pelo incentivo que proporciona ao inventor, seja por eventuais dificuldades que a reserva de mercado inerente a patente possa interpor à disseminação das inovações e ao desenvolvimento em geral.

Para discutir a evolução do sistema de patentes desde a Convenção de Paris até os acordos de Marrakesh, o que levou a Declaração de Doha e o que ainda está por vir nos acordos internacionais relacionados ao sistema de patentes, a ABIFINA e a PROTEC promovem seminário internacional sobre o tema a ser realizado em 8 de maio, no Rio de Janeiro. Longe de ser um evento voltado exclusivamente ao exame das questões do direito patentário, o seminário incentiva a participação de profissionais de todas as áreas que se preocupem com as determinantes do processo de desenvolvimento tecnológico e social do Brasil. Mais informações pelo e-mail: eventos@abifina.org.br

Uma visão em perspectiva da indústria química brasileira



Isaac Plachta
Presidente do C.A. da IQT e do SIQUIRJ

A indústria química brasileira conta em seu currículo com algumas realizações de grande vulto, que revelam capacidade e competência. Nosso parque petroquímico é impressionante. Já o restante de nossa indústria química, em particular a indústria de química fina e especialidades, tem menos do que se orgulhar: desde o início dos anos 90 que vem sofrendo perdas, que são bem expressas pela redução de 42% do número de produtos da indústria de química fina ocorrida entre 1989 e 1991.* Essa queda é resultado da perda de competitividade decorrente da queda súbita das barreiras alfandegárias. Atualmente, depois de muitos anos de desempenho pífio, a química fina apresenta resultados razoáveis. No entanto, tais resultados não escondem que nossa indústria não apresenta boa tendência de desempenho, fora o fato de estar aquém das necessidades do país, conforme denota o balanço de pagamentos muito negativo, que só tem feito aumentar ao longo dos anos. Um outro indício de como andam as coisas é dado pelos preços médios pagos pelas nossas importações de produtos de química fina, comparados aos preços médios de nossas

exportações: em 2005 as importações de fármacos apresentaram um preço médio 5 vezes superior ao das exportações, enquanto que no segmento de defensivos as importações foram 30% mais caras. Nossa indústria agrega pouco valor.

Embora estejam previstos grandes investimentos em petroquímica, tudo indica que estejamos esgotando as últimas possibilidades de aumento de capacidade baseadas em matérias-primas disponíveis localmente. A indústria de química fina ainda não apresentou os resultados concretos da política industrial do atual governo. Outros segmentos não apresentam avanços. Desta forma, torna-se difícil formar um quadro otimista do futuro do setor químico brasileiro. O que se pode antecipar é que haja, sobrevindo uma fase de crescimento mais acentuado da economia, aumentos significativos da demanda, com dificuldades de acompanhamento da oferta. A questão que se apresenta prioritariamente, nesse contexto, não é a do balanço de pagamentos, mas sim a de o que fazer para encarar o desafio apresentado por futuros desbalanceamentos entre oferta e demanda, em época de investimentos módicos na indústria química nacional e até mesmo internacional. A química fina poderia ser o desaguadouro de investimentos, principalmente se for considerado que nesse segmento podem apresentar-se oportunidades economicamente atraentes. Aí estão as experiências de China, Índia, Israel e Irlanda para demonstrar essa atratividade, e a importância do conhecimento como fator primordial de agregação de valor.

Na busca da competitividade, que é a chave do sucesso, uma comparação entre a química fina e outros segmentos, aponta para a maior importância relativa do *input* intelectual, especialmente a proficiência em química. Se nossas matérias-primas petroquímicas não são abundantes e nossa mão-de-obra não é barata, equacionamentos dessa situação terão que passar pelo

emprego de rotas químicas competitivas em custo e de matérias-primas disponíveis, cuja utilização também passa pela sofisticação química, na medida em que implica no desenvolvimento de novos processos, produtos e aplicações. Antes de qualquer outra coisa, é preciso, caso se deseje que nossa indústria possa avançar significativamente, que exista uma competência em química muito acentuada. Se não se pode por um lado negar a existência de talentos e de bolsões de competência em núcleos de P&D estabelecidos em empresas, centros de pesquisas e universidades, por outro lado também não se pode negar que a competência disponível está muito aquém das necessidades do país, se for considerado um cenário de evolução radical de nossa indústria. E a mesma constatação é válida quando se considera o estabelecimento de indústrias estrangeiras no país. É difícil imaginar o referido cenário sem que haja uma melhoria radical do ensino universitário de química (a ciência e as práticas que dela derivam) e uma intensificação de pesquisa e desenvolvimento em todas as esferas em que estes possam ser praticados. É preciso também que haja uma compreensão profunda de que a pesquisa deve, de forma predominante, ter missões definidas – não castrar a pesquisa científica, mas buscar a obtenção de conhecimentos que possam ter utilidade.

É preciso desenvolver uma visão clara da importância econômica do conhecimento e agir no sentido de: (a) formar uma elite de pesquisadores em Sínteses Orgânicas e em Produtos Naturais, visando ao aproveitamento químico de nossas fontes renováveis (campo em que deveremos possuir um forte diferencial competitivo), e (b) destinar um papel focal a P,D&I nas Universidades e Centros de Pesquisas, em estreita colaboração com o setor produtivo.

* Fonte: Zich Moysés Jr. / MDIC